

# Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Novembro de 2010 – Ano 3 – nº 33  
Av. Presidente Vargas 509, 11º andar ☎(21) 2215.2443  
Centro – Rio de Janeiro – CEP 20071-003

SISEJUFE filiado à FENAJUFE e à CUT

## “Não há delírio” em reajuste para o Judiciário

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Alcides Diniz, afirmou na quinta-feira, 11 de novembro, que “não há delírio algum” na proposta de reajuste do Judiciário da União em 56%. Segundo ele, a implantação deve impactar em R\$ 6,7 bilhões o Erário Público, atingindo 107 mil servidores, incluindo aposentados e pensionistas. A afirmação rebate a crítica do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que afirmou esta semana que falar em um aumento de 50% com uma inflação de 5% é “meio delirante”.

Diniz também afirmou que entende a posição do ministro do Planejamento. “Ele é gestor, tem que ficar em posição de

defesa. Ele está cumprindo seu dever e nós o nosso. Se algo não for feito, o Judiciário vai entrar em colapso”. Ele afirmou que a expectativa é que a negociação com a presidenta eleita Dilma Rousseff ocorra ainda este ano.

Segundo Diniz, o aumento não é destinado à recomposição de perdas inflacionárias, e sim para manter em seus quadros os funcionários que preferem migrar para outras carreiras em busca de melhores salários. “Hoje o Judiciário não consegue manter seus quadros de pessoal em função da defasagem da remuneração, que está muito aquém de outras carreiras públicas no Executivo, no Legislativo e no Tribunal de Contas da União”.

O diretor explicou que o aumento é apenas para as tabelas com as demais carreiras, e que ainda assim está 20% abaixo dos valores nos demais poderes. “Se fôssemos equiparar, o impacto seria de R\$ 10 bilhões, mas preferimos colocar para menos para ficar dentro do limite prudencial proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Ele lembrou que desde 2009 foram revisadas várias carreiras de servidores públicos. No Senado Federal, por exemplo, uma lei aprovada este ano reajustou os salários em 4,6%, em uma única parcela. Segundo Diniz, o presidente Cezar Peluso admite negociar o ajuste em seis parcelas semestrais.

Para exemplificar a falta de

interesse para compor os quadros do Judiciário devido aos baixos salários, Diniz afirmou que no último concurso feito para suprir vagas no STF, havia 44 vagas para técnico judiciário da área administrativa, mas que 201 pessoas já foram chamadas. “Isso sem falar na alta rotatividade do pessoal qualificado, que está na faixa dos 25%. Isso acaba resultando em um atraso na prestação jurisdicional”.

O último reajuste dos servidores do Judiciário, de cerca de 50%, foi concedido em 2006 e foi pago em seis parcelas semestrais.

Fonte: Agência Brasil

### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SISEJUFE, através do diretor abaixo-assinado, pelo presente Edital convoca todos os servidores das Justiças Federal, TRF, Eleitoral, Militar e do Trabalho a comparecerem a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 17 de novembro de 2010, às 12h em 1ª chamada e às 12h30min em 2ª e última chamada, na Avenida Rio Branco, 243 – Centro – Rio de Janeiro, tendo como pauta:

#### 1) Indicativo de greve por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2010.

Roberto Ponciano  
Gomes de Souza Junior

Diretor Presidente do Sisejufe

**19º Botequim do Sisejufe apresenta**  
**Uma noite em Azul e Branco – Encontro da Família Portelense**



**Velha Guarda da Portela e Marquinhos de Oswaldo Cruz**

**Associação dos Empregados no Comércio**  
Av. Rio Branco, 120 (Galeria do Comércio) – 2º andar  
A partir das 19h30min

R\$ 20\* para sindicalizado(a)  
R\$ 40\* para não sindicalizado(a)  
\*show, bebidas e comidas

**SISEJUFE**

### LEIA TAMBÉM

Como foi o primeiro Botequim do Sisejufe no Interior

Páginas 6 e 7

A atualização completa das ações jurídicas do sindicato

Páginas 8, 9 e 10

**O Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe convida para a palestra**  
**O que é a UnATI/UERJ**



**Palestrante: Sandra Rabello**  
Assistente Social Coordenadora do Projeto de Extensão da UnATI

Com entrega de exemplares do Estatuto do Idoso, aferição de pressão e glicose

**PARTICIPEM!** Terça-feira, 30 de novembro, às 15h  
Auditório do Sisejufe - Av. Presidente Vargas, 509 - 11º andar

**Consciência Negra em Movimento**

Mostra Audiovisual e Debate em  
Comemoração à Semana da Consciência Negra

**26/11 — de 19 às 21h**  
VÍDEO CULTURA NEGRA - RESISTÊNCIA E IDENTIDADE  
Local: CCJF – Av. Rio Branco, 241 - Centro  
Inscrições antecipadas pelo tel:3261-2563



REALIZAÇÃO:  
NÚCLEO DE GÊNERO E RAÇA  
**SISEJUFE**

# Fenajufe intervém e presidente da CFT retira pedido de audiência pública sobre PCS

**As articulações da Fenajufe para derrubar a audiência pública na CFT começaram com a atuação dos coordenadores Zé Oliveira (Sintrajufe-RS) e Valter Nogueira Alves (Sisejufe), que conversaram com o deputado Pepe Vargas sobre a necessidade de retirar o pedido da pauta da sessão da Comissão de Finanças**

Leonor Costa\*

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, Pepe Vargas (PT-RS), em sessão no dia 10 de novembro, retirou de pau-

ta o pedido de requerimento, apresentado pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), para que fosse realizada uma audiência pública sobre o PL 6.613/09, que revisa o PCS dos servidores do Judiciário Federal.

Os coordenadores da Fenajufe Saulo Arcangeli, Evilásio Dantas, Antônio Melquíades (Melqui) e Jean Loiola acompanharam a sessão e conversaram com o deputado Berzoini, que também é o relator do PCS do Judiciário na Comissão. Eles reivindicaram a retirada do requerimento de pauta, argumentando que a audiência pública serviria somente para protelar ainda mais a tramitação do PL 6613. Além disso, também informaram o resultado da reunião que tiveram na terça-feira, dia 9 de novembro, com o senador Gim Argello (PTB-DF), em que ficaram explícitas as dificuldades nas negociações entre o Judiciário e o Executivo para fechar um acor-

do capaz de garantir a inclusão da previsão orçamentária no Orçamento de 2011.

O relator do PCS disse aos coordenadores da Fenajufe que concordava com o cancelamento da audiência pública e garantiu que não pretende apresentar um novo pedido na CFT. Berzoini informou também que já está agendada uma reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o objetivo dele é se inteirar melhor sobre o processo de negociação da revisão salarial.

As articulações da Fenajufe para derrubar a audiência pública na CFT já haviam iniciado há alguns dias. Na segunda-feira, dia 8 de novembro, os coor-

denadores Zé Oliveira e Valter Nogueira Alves conversaram com o deputado Pepe Vargas sobre a necessidade de retirar o pedido da pauta da sessão da Comissão de Finanças. Nas conversas, eles explicaram que a categoria não tem qualquer interesse nessa audiência e ressaltaram que o mérito do projeto já foi debatido várias vezes, inclusive em audiência pública na Comissão do Trabalho. Além disso, avaliaram que uma audiência nesse momento teria apenas o caráter de adiar as negociações sobre o Plano e de criar mais um empecilho na aprovação da revisão salarial.

\*Da Fenajufe

## Relator do Orçamento diz que vai incluir reajuste do Judiciário

Na terça-feira, 2 de novembro, a Folha de S.Paulo divulgou matéria assinada pelo jornalista Kennedy Alencar com o seguinte título: “Para poupar Dilma, Lula deve antecipar corte de gastos e medidas de ajuste fiscal”. Lendo-se atentamente o texto, percebe-se que se trata mais de um exercício de “achismos” e de “futurologia” do que uma reportagem amparada em fontes sérias. A matéria tenta, isso sim, condicionar o atual governo e a equipe de transição para que ponham em prática as medidas que tanto a mídia comercial, quanto seu braço político (hoje na oposição federal), pregam: corte de gastos e enxugamento do setor público. Na contramão da campanha da Folha, o Correio Braziliense, não obstante integrar o mesmo bloco midiático que prega o Estado mínimo, informa que as receitas do Orçamento, antes previstas em R\$ 17 bilhões, podem superar R\$ 20 bilhões – segundo o senador

Gim Argello (PTB-DF), relator da proposta. Esse dinheiro a mais, segundo o jornal, seria usado para garantir um reajuste mais gordo para o salário mínimo, aumentar o repasse de recursos para estados exportadores e elevar ganhos de funcionários públicos.

De acordo com o desejo da Folha de S.Paulo, uma das medidas de Lula para “poupar” Dilma de um desgaste no início do novo governo seria “negar o pedido do Judiciário para que seja concedido um reajuste de 56%”. O jornal registra que o atual presidente pode assumir o desgaste de bancar um reajuste menor, concedendo a inflação no período. A Folha diz que “apurou” (sem dizer aonde nem com quem) que a medida será reduzir a política de reajuste salarial para o funcionalismo público e que “isso não significa que não haverá reajustes, mas que eles serão mais parcimoniosos no início do novo governo”.

Já o jornal Correio Braziliense, também de 2 de novembro, afirma que a meta dos parlamentares é elevar as receitas extras do Orçamento para a casa de R\$ 20 bilhões. Para a oposição, esses valores seriam de R\$ 25 bilhões. O jornal afirma que “apesar de fazer as contas e detectar que com a receita extra teria margem para o reajuste, o governo tenta abafar o movimento”.

Também na contramão da Folha, a edição online do jornal O Globo publicou, às 18h19min de quarta-feira, 3 de novembro, que o senador Gim Argello “quer dar o aumento de 56% aos servidores do Poder Judiciário, que custaria cerca de R\$ 7 bilhões. Mas a ideia, segundo integrantes da comissão, é escalonar esse aumento em seis anos”. “Estou predisposto a dar o aumento aos servidores públicos do Judiciário, tendo em vista que será escalonado. Vamos

estudar isso, de que forma pode escalonar – disse Gim Argello, ressaltando que é preciso ver o impacto real da medida”, de acordo com a reportagem de O Globo.

O jornal O Globo de 4 de novembro informa que a Comissão Mista de Orçamento aprovou na tarde da quarta, 3 de novembro, a proposta do relator de receitas, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que ‘inflou’ a receita primária do governo no ano que vem em mais R\$ 17,68 bilhões – sendo R\$ 10,61 bilhões na arrecadação de impostos, levando em conta um crescimento do PIB de 7,2% em 2010. “E essas receitas aumentarão pressão por mais gastos”, diz o jornal.

Para a direção do Sisejufe, só a mobilização vai garantir o reajuste com menos escalonamentos possíveis.

\*Da Redação

**A mídia comercial e o seu braço político partidário (hoje na oposição federal) estão em plena campanha contra o funcionalismo e tentam condicionar o atual governo e a equipe de transição para que ponham em prática as medidas que pregam: corte de gastos e enxugamento do setor público**



**SISEJUFUFE:** Filiado à FENAJUFUFE e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>  
**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.  
**ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (estagiária de Jornalismo) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff  
**DIAGRAMAÇÃO:** Kamilo e Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
 Papel Reciclado.  
 8,6 mil exemplares.

# Rio começa a reunir forças para decretar a greve

**PCS** Assembleia geral de 17 de novembro pode decidir por paralisação por tempo indeterminado

Max Leone\*

Aglutinar forças e aumentar a mobilização para a grande assembleia geral da categoria no dia 17 de novembro, que poderá decretar a greve por tempo indeterminado dos servidores do Judiciário Federal para garantir a aprovação do Plano de Cargos e Salários (PCS4). Essa



Valter Peluso conduziu mal a negociação

foi a tônica das assembleias realizadas no dia 11 de novembro – Dia Nacional de Mobilização – no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da Lavradio; na Seção Judiciária Rio de Janeiro (SJRJ), da Avenida Rio Branco; no Tribunal Regional Federal (TRF), com participação dos servidores Justiça Federal Venezuela; e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Em todos os atos, diretores do Sisejufe e servidores de base demonstraram total insatisfação com a demora e a postura do governo federal em não negociar uma solução para a aprovação do PL 6.613/2009, que precisa ter recursos incluídos no Orçamento da União. Os servidores aprovaram a realização de assembleia ge-

ral no dia 17 de novembro.

“Não aceitamos o parcelamento em seis anos. Não queremos um PCS ‘Casas Bahia’, com prestações a perder de vista. Por isso é preciso que a categoria tenha consciência de que sem luta no PCS não sairá. Não há perspectivas. Temos que colocar nosso bloco na rua”, convocou o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, na assembleia do TRT na Lavradio.

Em todos os setores em que tiveram manifestação, o clima era de revolta e perplexidade. Principalmente, em relação às declarações do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que dissera um dia antes que o aumento de 5,6% que o Judiciário Federal reivindica é algo “meio delirante”. Os diretores e servidores que se revezavam ao microfone não poupavam críticas ao ministro. Como também



Ponciano: não negociamos com Paulo Bernardo



Assaembliia conjunta do TRF e da JF Venezuela: “A greve será a única saída para ganharmos o PCS”, disse Mariana

não faltaram farpas para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. As assembleias foram o primeiro passo para a possível decretação de uma greve por tempo indeterminado a partir de 17 de novembro.

“O ministro Peluso começou mal essa negociação ao apresentar uma proposta de parcelamento em dois anos. Assim o governo viu possibilidade de propor que o PCS fosse implantado em seis anos. O governo acabou endurecendo o discurso”, criticou Valter



JF Rio Branco: informes da situação do PL 6.613 e dos encaminhamentos das negociações



TRE Sede: convocação para que todos os servidores estejam mobilizados

Nogueira Alves, diretor do Sisejufe e da Fenajufe, durante o ato da Rio Branco. Para Ponciano, se não houver reajuste do Judiciário, uma crise institucional poderá se instalar no país, tendo em vista que os chefes dos Poderes (Executivo e Judiciário) tinham se comprometido em discutir o assunto após as eleições. E isso não está acontecendo. O diretor afirma que uma coisa é certa: “Não negociamos mais com o (ministro) Paulo Bernardo”, sentenciou.

No TRF da Rua do Acre, a diretora do Sisejufe Mariana Liria ressaltou a importância de os servidores deixarem “as conversas de corredor de lado” partirem para a luta, participando

intensamente das atividades do sindicato. “A greve será a única saída para ganharmos o PCS”, observou.

Além da convocação para assembleia do dia 17 de novembro, às 12h, na Avenida Rio Branco, informes da situação do PL 6.613 e dos encaminhamentos das negociações nacionais foram passados para os participantes das manifestações.

As 15h30min, em frente ao TRE na avenida Presidente Wilson, os dirigentes sindicais Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano deram informes sobre o andamento da mobilização nacional pela revisão salarial e convocaram os servidores a se integrar na luta.



TRT da Lavradio: para Ponciano, “não queremos um PCS ‘Casas Bahia’, com prestações a perder de vista”

\*Da redação.

# Luta política e diversão

**Núcleos** Núcleo dos Aposentados promove aula de dança de salão para servidores

\* Tatiana Lima

A tradicional reunião do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sisejufe, realizada toda última terça-feira de cada mês, foi pauta, no dia 26 de outubro, por diversão e muita dança de salão. A convite do núcleo, a professora Juliana Almeida, da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho (ASJT), pôs todos para bailar em ritmo de samba e forró. A intenção foi mostrar a importância das atividades físicas, como a dança, para saúde do corpo e da mente.

A coordenadora do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas, Lucilene Lima, acredita que a iniciativa foi mais uma oportu-

nidade de resgatar a união dos servidores aposentados. Lucilene, também participou da aula de dança, assim como o dirigente sindical Roberto Ponciano. No começo, os participantes estavam um pouco acanhados. Mas foi só começar a música para os pés de valsa se revelarem. Teve até casal juntinho no salão improvisado no auditório do Sisejufe.

A professora Juliana Almeida ministra aulas de dança de salão na sede da ASJT, todas às segundas e quintas-feiras, das 18h às 19h20. A mensalidade é R\$ 50. Em 2011, as aulas também serão ministradas na sede do Sisejufe, todas as terças-feiras, das 15h às 17h. Os



Fotos: Tatiana Lima

interessados já podem fazer a pré-inscrição, com nome e telefone, na recepção do Sisejufe.

Durante a reunião, também foram dados informes sobre as negociações do PL 6613, em Brasília, as ações da Fenajufe e

do sindicato na defesa dos servidores do Judiciário Federal, além de informes sobre as assembleias realizadas no Rio nos locais de trabalho.

\*Da Redação

**A próxima reunião do Núcleo dos Aposentados acontecerá no dia 30 de novembro, com a presença da assistente social Sandra Rabello, coordenadora do projeto de extensão da UnATI (Universidade Aberta da Terceira Idade)**



## Núcleo da Pessoa com Deficiência quer audiência com presidente do TSE

O Núcleo da Pessoa com Deficiência do Sisejufe pediu à direção da Fenajufe que encaminhe o pedido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando audiência com o presidente, ministro Ricardo Lewandowski. O encontro com o ministro tratará da dificuldade que milhares de eleitores brasileiros com deficiência tiveram para votar devido à falta de acessibilidade às urnas eletrônicas utilizadas nas eleições deste ano. Em reunião do núcleo, realizada em

18 de outubro, o coordenador da Federação Denis Lopes Souza se comprometeu em encaminhar o pedido à direção da Fenajufe, em Brasília.

No encontro com o dirigente da Fenajufe, os diretores do Sisejufe e membros do núcleo, Ricardo de Azevedo Soares (coordenador), Dulavim de Oliveira Júnior, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, o servidor de base Marcello Matos Guimarães e a assessora Bianca Lessa expuseram diversas experiências presenciadas

durante a votação no primeiro turno das eleições, em 3 de outubro. Desde a falta de fones de ouvido para que o deficiente visual possa confirmar em quem está votando, passando também pela inexistência de condições para os cadeirantes acessarem as zonas eleitorais do Rio. Além disso, ficou registrada a falta de diálogo que o Tribunal Eleitoral do Rio (TRE) mantém sobre o assunto com o sindicato. Os diretores do Sisejufe aproveitaram para criticar também a propagan-

da da Justiça Eleitoral, classificando de enganosa por não representar a realidade, ou seja, as seções não possuem acessibilidade adequada.

Outro ponto discutido foi o pedido para que a Fenajufe articule com seus sindicatos filiados a realização de um levantamento dos servidores e servidoras com deficiência. O objetivo é criar e fazer a integração de Núcleos de Pessoa com Deficiência em todos os estados, para que se possibilite ainda, a reali-

zação de um Seminário Nacional, onde se possa discutir as realidades e as dificuldades em cada estado. A ideia é fortalecer a luta é comum à sociedade. O diretor da Fenajufe Denis Lopes, que é um servidor que entrou na reserva de vagas para deficientes no TRT, se comprometeu em levantar essa discussão à Federação e viabilizar esse diálogo com o núcleo do Sisejufe.

\*Da Redação.

# Cultura é usada de forma utilitária

**Artigo** Ganhamos, porém, um novo horizonte na última década com o fomento à cultura popular

Dyonne Boy\*

“É engraçado a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer”.

Esta frase extraída do disco “Maria Bethânia e Caetano Veloso ao vivo” diz muito sobre o momento em que a cultura brasileira está vivendo. Ou como diria Clarice Lispector, em “Água viva”, sobre o “instante já” em que nos encontramos na produção formal da cultura brasileira.

Patrimônios culturais nacionais, como o Jongo, (“tombado” pelo IPHAN como o primeiro Bem Imaterial do sudeste em 2005), sempre estiveram intimamente misturados ao nosso cotidiano. São nossas formas de viver, de expressar, de festejar, de se relacionar. Comer um acarajé, ouvir um samba, distribuir doces na festa do Dia de Cosme e Damião (27 de setembro), por exemplo, é estar em contato com três manifestações deste rico acervo de Bens Imateriais Brasileiros. Contudo, patrimônios imateriais e grande parte da produção de arte, que refletem a genuína forma de “ser e estar do povo brasileiro” foram mantidos, em grande maioria, “informalmente”, bancados pelos próprios artistas e/ou dentro de círculos familiares, grupos informais, associações com recursos próprios etc. Isto representa um grande desperdício eco-

**Patrimônios culturais nacionais, como o Jongo, sempre estiveram intimamente misturados ao nosso cotidiano. São nossas formas de viver, de expressar, de festejar, de se relacionar.**

nômico, um “deixar de ser” imenso, pois subutiliza o grande potencial econômico da cultura. E ainda mais no Brasil, nosso país cuja diversidade cultural é imensurável, que “exporta a tecnologia da festa” como é o caso das diversas escolas de samba espalhadas por todo mundo.

Secularmente, a cultura nunca teve status econômico, sendo usada de forma utilitária por governos e instituições, o que praticamente significa que todas as festas, saberes, modos de expressão, artistas, etc, vinham sobrevivendo, sem nenhum tipo de apoio governamental. Pelo contrário, como é o caso do samba e da capoeira, por exem-



Foto: Henri Figueiredo

plo, até o início do século passado, sofreram perseguições do próprio Estado que impedia suas manifestações.

Porém, a cultura brasileira, ganhou um novo horizonte na última década. O uso e desenvolvimento da Lei Rouanet, do cinema e o fomento às culturas populares, por exemplo, com programas como os Ponto de Cultura, apontam para o começo de uma longa estrada que deve ser percorrida daqui pra frente em direção à profissionalização e desenvolvimento da cultura como setor estratégico da economia. Metaforicamente falando, é como se tivesse sido instalada, no antigo trilho que o

trem da cultura vinha percorrendo, uma peça em V que torna possível a bifurcação do caminho dos vagões. Comemoramos, portanto, na última década, a “instalação dessa peça”, o que nos coloca em vantagem com nossos hermanos da América Latina, por exemplo.

O mercado cultural brasileiro vive um desenvolvimento ainda que este possa ser muito mais aperfeiçoado. O Rio de Janeiro, que sempre foi vanguarda na produção da arte e “centro afetivo” nacional, viu renascer, nos últimos anos, sua vocação de produtor de cultura e arte. Vimos o surgimento de diversos centros culturais e

o aumento de editais e patrocínios corporativos e, consequentemente, a produção cultural ampliada. Surgiram também diversos cursos profissionalizantes e acadêmicos sobre variadas áreas da cultura. Estes exemplos apontam para um horizonte próspero mas ainda frágil se não for sistematicamente, continuamente, fomentado. A cultura reúne um imenso mercado consumidor e sua produção gera muitos empregos o exige grande profissionalização e incentivos. Se continuarmos nesse trilho, há esperança.

\*Coordenadora executiva Jongo da Serrinha

## Supremo entrega estudo técnico ao presidente da CFT

O secretário de Recursos Humanos do Supremo, Amarildo Vieira, entregou no dia 11 de novembro ao presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, deputado Pepe Vargas, estudo técnico comprovando que o aumento previsto no PL 6.613/2009, em sua origem, terá um impacto inferior do alardeado pelo Governo e pela imprensa.

Em conversa com o assessor parlamentar da Anajustra, Roberto Bucar, no dia 12 de novembro, o secretário reforçou a intenção do STF em defender e aprovar o projeto em sua íntegra. “O STF está envidando todos os esforços e articulando a aprovação do plano no Executivo e Legislativo. O documento entregue ao deputado é mais uma arma a favor do PCS do Judiciário”, destacou Bucar.

De acordo com os cálculos do STF, o impacto nas contas públicas será de R\$ 6,36 bilhões, valor que querem parcelar em quatro ou até seis parcelas semestrais. O estudo mostra ainda que o aumento pedido está 20% abaixo dos valores nos demais poderes, como ressaltou o diretor-geral do Supremo, Alcides Diniz, em entrevista à imprensa.

“Se fôssemos equiparar, o impacto seria de R\$ 10

bilhões, mas preferimos colocar para menos para ficar dentro do limite prudencial proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse Alcides.

### Números

Os dados apresentados pelo STF revelam que o salário final de um analista judiciário (R\$ 10.436,11) é o menor entre carreiras semelhantes de outros poderes, como do analista legislativo do Senado, em que a remuneração final

chega a R\$ 23.721. O maior salário final entre os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) é de consultor legislativo do Senado, que chega a R\$ 27.567,64, de acordo com as informações repassadas pelo STF.

O último reajuste de salário aos servidores do Judiciário foi de cerca de 50%, em 2006, dividido em seis parcelas semestrais.

# Sindicato promove festa em Ca



## Dia do Servidor foi comemorado com muito chope no Norte Fluminense

Os servidores de Campos dos Goytacazes novamente fizeram história, desta vez de forma diferente. Depois de terem feito a primeira paralisação do Sisejufe fora do Grande Rio, eles protagonizaram a primeiro Botequim no interior do Estado, o 18º Botequim do Sisejufe foi realizado na noite de 28 de outubro, Dia do Servidor, no Piccolo Trianon, espaço de referência para eventos na cidade.

Lá estiveram mais de 60 pessoas, entre servidores e acompanhantes, que puderam se divertir e confraternizar, lembrando que se a luta sindical não exclui a diversão. Os mesmos companheiros de luta são os que se confraternizam na festa. Na abertura, cantou a funcionária terceirizada Giselle fazendo dupla com seu marido, Gil, animando a todos e preparando a noite para a convidada de honra. Na esteira da qualidade artística de que é a marca Botequim, se apresentou Lene Moraes, artista com quase 20 anos de carreira, lançando seu primeiro CD. Lene é a grande dama do samba campista, responsável inclusive pelo resgate da Velha



Guarda do samba de Campos e que está no time de primeira linha de grandes sambistas inclusive da Lapa, onde também está lançando seu CD, “Simbora Sambar!”.

O evento teve a participação do diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, que ressaltou a importância do Botequim como bandeira de resistência cultural e que o projeto não é só uma festa, mas a forma com que o sindicato se insere na luta pela cultura popular e que era uma honra ter agora a Lene Moraes e a dupla Gisele e Gil fazendo parte desta história. Ponciano também falou da importância de um evento destes na agenda de interiorização do Sisejufe, ressaltando o quanto a região Norte Fluminense tem sido pioneira na participação ativa nas ações sindicais, com proposições que me-

lhoram as condições de trabalho de todas e todos.

O show de abertura, com Giselle em parceria com seu esposo Gil, foi uma bela apresentação musical de uma iniciante na estrada da música. Antes do show principal, os presentes ainda foram brindados com a servidora Ana Clécia, que preparou uma apresentação de dança de salão com seu professor Marcos. Ela convidou a todas e todos para que priorizem a dança em suas vidas, relatou que a dança a ajudou a enfrentar problemas e tensões, bem como melhorou em muito a sua vida, contribuindo para seu relaxamento, concentração, autoestima, flexibilidade e poder de comunicação com as demais pessoas.

\*Com informações de Bianca Lessa.



# Campos, com samba de primeira



**Olker Pestana, servidor de Campos, com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano**

Perto do fim da festa, o servidor Olker Pestana, representante aclamado pelos colegas de Campos, e um dos que ajudou a organizar o evento, felicitou a todas e todos pela festa, já solicitando que o Sisejufe viabilize anualmente um evento desse porte em Campos. Ao final da apresentação de Lene Moraes, o clima era de euforia e foi solicitado mais uma palhinha da dupla Gisele e Gil, que retornou ao palco e fechou a noite no clima anos 60 e 70, para alegria geral



## Ações sobre reajustes e remuneração

### REAJUSTE DE 14,23%

Número Principal  
**2007.34.00.040968-1**

**Órgão:** 21ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que considera a VPI da Lei 10698/2003 como complemento de revisão geral de remuneração, pleiteando o reajuste de 14,23% para a remuneração do servidor

**Situação do processo:** Sentença julgando improcedente os pedidos do Sisejufe. Recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região interposto pelo Sisejufe. Recurso de apelação recebido no Gabinete do Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, em 19/08/2010.

### CORREÇÃO DA VPNI DOS QUINTOS DE FC-7 A FC-10, PELA VARIAÇÃO DOS CJ-1 A CJ-4

Número Principal:

**2007.34.00.043584-8**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** devido ao reajuste linear de 50% dos CJ-1 a CJ-4 (Lei 11416/2006), pede-se a correção da VPNI dos quintos de FC-7 a FC-10 (transformados em CJ-1 a CJ-4 pela Lei 10475/2002) no mesmo percentual

**Situação do processo:** Recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região interposto pelo Sisejufe, pois o juízo de primeiro grau entendeu que não é possível repassar os efeitos do reajuste de CJ para a VPNI.

Recurso de apelação recebido no Gabinete da Desembargadora Federal Neuza Maria da Silva, em 15/05/2009, aguarda relatório e pauta de julgamento.

### CORREÇÃO DA VPNI DOS QUINTOS DE FC-1 A FC-6, PELA VARIAÇÃO DOS CJ-1 A CJ-4

Número Principal:

**2008.34.00.035657-9**

**Órgão:** 1ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** devido ao reajuste linear de 50% dos CJ-1 a CJ-4 (Lei 11416/2006), pede-se a correção da VPNI dos quintos de FC-1 a FC-6 no mesmo percentual.

**Situação do processo:** Contestação apresentada pela União. Apresentamos réplica em 21/10/2009. Sentença julgando improcedente os pedidos do Sisejufe.

### CORREÇÃO DA VPNI DOS QUINTOS DE FC-7 A FC-10, PELA VARIAÇÃO DOS CJ-1 A CJ-4

Número Principal:

**2008.34.00.017096-9**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** devido ao reajuste linear de 50% dos CJ-1 a CJ-4 (Lei 11.416/2006), pede-se a correção da VPNI dos quintos de FC-7 a FC-10 (transformados em CJ-1 a CJ-4 pela Lei 10.475/2002) no mesmo per-

centual

**Situação do processo:** Recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região interposto pelo Sisejufe, pois o juízo de primeiro grau entendeu que não é possível repassar os efeitos do reajuste de CJ para a VPNI.

Recurso de apelação recebido no Gabinete da Desembargadora Federal Neuza Maria da Silva, em 15/05/2009, aguarda relatório e pauta de julgamento.

### INCORPORAÇÃO DE QUINTOS ATÉ A MP 2.225-45/2001 E COBRANÇA DOS VALORES ATRASADOS

Número Principal:

**2008.34.00.013114-8**

**Órgão:** 16ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** com a MP 2225-45/2001, prorrogou-se a incorporação de quintos até a vigência da referida medida provisória. Os tribunais reconheceram o direito, mas não pagaram o passivo. Na ação, o sindicato cobra os valores devidos.

**Situação Processual:** Decisão limitando o pólo passivo a grupos de 10, por aplicação analógica do artigo 46, parágrafo único, do CPC. Afronta a precedentes consolidados do STJ e STF. Recurso em tramitação (interposto recurso especial e extraordinário), pendente de admissão pelo Vice-Presidente do TRF 1ª, com o qual despachamos várias vezes para apressar a admissão. Contra-razões apresentadas pela União. Julgamento convertido em diligência.

### ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO NO TRT/RJ

Numero Principal:

**2008.34.00.017096-9**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que cobra os valores atrasados do adicional de qualificação, indevidamente restringidos pelo TRT/RJ

**Situação do processo:** VITÓRIA DO Sisejufe. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. Recurso de apelação interposto pela União. Apresentamos Contra-razões. Recurso de apelação recebido no Gabinete da Desembargadora Federal Neuza Maria da Silva, em 11/01/2010, aguarda relatório e pauta de julgamento.

### TRE/RJ – COBRANÇA DE HORAS EXTRAS

Número Principal:

**2008.34.00.022809-4**

**Órgão:** 3ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede o pagamento de horas extras, sem restrições regulamentares.

**Situação do processo:** Sentença convertendo o julgamento em diligência e acolhendo a preliminar suscitada pela União, declarada a incompetência para processar e julgar a ação coletiva. Por

economia processual, foi declinada a competência em favor de uma das Varas da Seção Judiciária do RJ. Baixado e remetido para SJRJ.

### INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA DURANTE FÉRIAS E AFASTAMENTOS RECONHECIDOS COMO EFETIVO EXERCÍCIO

Número:

**2009.34.00.017265-4**

**Órgão:** 3ª Vara Federal

**Resumo:** ação judicial que cobra o pagamento da indenização de transporte durante as férias e demais afastamentos que configurem efetivo exercício, para os oficiais e justiça avaliadores federais.

**Situação do processo:** Tutela antecipada indeferida. Interposto agravo retido. Contestação apresentada pela União. Réplica apresentada. Concluso para sentença.

### REENQUADRAMENTO E PAGAMENTO DA GAS AOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM ORIGINARIAMENTE COMO AGENTES DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA

Número:

**2009.34.00.017266-8**

**Órgão:** 13ª Vara Federal

**Resumo:** ação judicial que pede o reenquadramento de servidores que ingressaram como agentes de segurança judiciária, mas foram reenquadrados para outras especialidades, no decorrer da vida funcional. Desejam o retorno à especialidade de segurança e a percepção da GAS.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida. Interposto Agravo retido. Concluso para despacho.

### ISONOMIA DE REAJUSTE DOS PADRÕES DE VENCIMENTO DA LEI 10475/2002

Número Principal:

**2007.34.00.027889-7**

**Órgão:** 5ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pleiteia a extensão o maior reajuste de padrão de vencimento da Lei 10475/2002, com diferença de até 27,04%

**Situação do processo:** Recurso de apelação protocolado no TRF da 1ª Região. Concluso para relatório e voto. Em 10/06/2010, processosob responsabilidade do Juiz Convocado Marcos Augusto de Sousa.

### AFASTAMENTO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, EM FUNÇÃO DA INTEGRALIZAÇÃO DA GAE

Número principal:

**2008.34.00.039798-9**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** com a integralização da GAE, os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais que recebiam FC-5 tiveram reduzida a parcela, em especial os servidores do A-1 até o C-12, pois o percentual de 35% sobre seus vencimentos é menor do que o valor integral da GAE. Pede-se a incidência de 35% sobre o maior vencimento da carreira (C-15) ou, sucessivamente, a manutenção da diferença remuneratória entre a FC-5 e a GAE como vantagem pessoal.

**Situação do processo:** Contestação apresentada pela União. Réplica apresentada. Sentença julgando improcedente os pedidos do Sisejufe. Aguarda publicação da sentença para que seja apresentado Recurso de apelação ao TRF da 1ª Região.

### ISONOMIA DE FC PARA CHEFES DE CARTÓRIO DA CAPITAL E DO INTERIOR

Número Principal:

**2008.34.00.016369-6**

**Órgão:** 4ª Vara Federal

**Resumo:** ação que pede a extensão da FC-4 para Chefe de Cartório do interior (que recebe apenas FC-1), em isonomia com a FC-4 paga aos Chefes de Cartório da Capital, ou a indenização pela diferença, mais os valores atrasados devidos.

**Situação do processo:** Concluso para sentença.

### MANDADO DE INJUNÇÃO REVISÃO GERAL

Mandado de Injunção nº 2409  
**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília  
**Situação do processo:** Concluso ao Relator Celso de Mello. Vista ordenada a PGR.

### RESSARCIMENTO DOS VALORES DO PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Número:

**2009.34.00.042226-0**

**Órgão:** 13ª Vara Federal

**Resumo:** ação judicial que visa o ressarcimento dos valores correspondentes à cota-parte a que tem direito os servidores que optarem pela vinculação a outro plano de assistência à saúde, independentemente de sua adesão ao plano de assistência firmado pelo TRT da 1ª Região, nos termos do artigo 230 da Lei 8.112/90.

**Situação do processo:** aguardando decisão de antecipação de tutela.

### INCORPORAÇÃO DE 11,98%

Número

**21284-35.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 2ª Vara Federal

**Resumo:** Ação de procedimento comum pelo rito ordinário que visa a incorporação do percentual de 11,98% da URV que foi suprimida quando implementado o PCS da Lei 10.472/2002.

**Situação do processo:** Indeferido o pedido de antecipação da tutela em 01/06/2010.

### AFASTAMENTO DO IMPOSTO SINDICAL

Número principal

### 2009.34.00.004484-8

**Órgão:** 7ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a suspensão da cobrança do imposto sindical e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, que o instituiu para o servidor, com base na remuneração de um dia de trabalho.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida.

- Interposto agravo de instrumento contra a decisão.

- Proferida decisão que negou provimento ao agravo, interposto recurso de agravo regimental.

- Sentença julgando improcedente os pedidos do Sisejufe. Recurso de apelação do Sisejufe recebido no Gabinete do Desembargador Reynaldo Soares da Fonseca.

### INCORPORAÇÃO DO REAJUSTE REMUNERATÓRIO DE 11,98% NA FOLHA DE PAGAMENTO ATÉ QUE SOBREVENHA LEI ESPECÍFICA PARA A CONCESSÃO DO PERCENTUAL

Número:

**21284-35.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 2ª Vara Federal

**Resumo:** ação que visa a incorporação do reajuste remuneratório de 11,98% na folha de pagamento dos substituídos, até que sobrevenha lei específica que conceda o referido percentual, com valores retroativos.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida. Interposto Agravo retido. Concluso para despacho.

### RESTABELECIMENTO DE PARCELA EXCLUÍDA (DIFERENÇA DE ENQUADRAMENTO) DOS PROVENTOS E PENSÕES DOS SERVIDORES APOSENTADOS DO TRT DA 1ª REGIÃO - CARGO ISOLADO PJ.

Número:

**41594-62.2010.4.01.3400**

**Órgão:** Não houve distribuição.

**Resumo:** ação que visa o restabelecimento dos valores excluídos dos proventos e pensões dos servidores aposentados do TRT da 1ª Região que exerceram cargos isolados PJ, decorrentes da supressão da parcela denominada "Diferença de enquadramento".

**Situação do processo:** Indeferido o pedido de assistência judiciária. Interposto Agravo retido.

### JUROS DE MORA DE 1% SOBRE OS VALORES ATRASADOS DO REAJUSTE DE 11,98%

Número Principal:

**46006.36.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 20ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede o afastamento de qualquer compensação/devolução dos valores recebidos a título de juros de mora de 1% sobre os valores atrasados do reajuste de 11,98%.

**Situação do processo:** Concluso para decisão.

## Ações sobre tributos

### IMPOSTO DE RENDA SOBRE ABONO DE PERMANÊNCIA

Número Principal:  
**2008.34.00.035658-2**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a suspensão da incidência de IR sobre o abono de permanência e a devolução dos valores descontados.

**Situação do processo:** TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA, DETERMINANDO AFASTAMENTO DO IR DOS FILIADOS AO SISEJUF DE TODOS OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RJ. Contestação e réplica apresentadas. Publicada intimação para alegações finais em 20/01/2010. SENTENÇA DE PRO-

CEDÊNCIA em 30/04/2010.

### ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR/CRECHE

Número Principal:  
**2008.34.00.040300-9**

**Órgão:** Principal: 4ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pleiteia o afastamento do desconto de imposto de renda sobre o auxílio pré-escolar/creche pago ao servidor, bem como a devolução dos valores descontados.

**Situação do processo:** TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA, DETERMINANDO AFASTAMENTO DO IR DOS FILIADOS AO SISEJUF DE TODOS OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RJ. Sentença de procedência proferi-

da. Recurso de apelação interposto pela União. Em 30/03/2010, apresentamos contra razões ao recurso da União. Recurso de apelação recebido no Gabinete da Desembargadora Federal Maria do Carmo, em 29/07/2010.

### ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS/TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

Número: **7.296**

**Órgão:** 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça

**Resumo:** Manifestação do Sisejufe em pedido de uniformização de jurisprudência apresentado pela União, sobre a isenção da contribuição previdenciária e do imposto de renda sobre as parcelas referentes ao adicional de férias/terço constitucional de férias.

**Situação do processo:** Manifes-

tação do Sindicato aceita e processo julgado improcedente, para uniformizar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, declarando a inconstitucionalidade e ilegalidade da isenção da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias/terço constitucional de férias. Concluso ao Relator.

### ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE ADICIONAL DE FÉRIAS/TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

Número:

**7974-59.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 13ª Vara Federal

**Resumo:** ação que visa isenção do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de adicional de férias/terço constitucional de férias, com valores retroativos

de 10 (dez) anos. Engloba servidores da ativa e servidores aposentados a partir do ano de 2000. **Situação do processo:** Contestação apresentada pela União. Despacho aguardando publicação para o Sisejufe apresentar Réplica.

### IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA

Número Principal:  
**41707.16.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a declaração da inexigibilidade da incidência do imposto de renda, quando do pagamento aos Substituídos dos juros de mora decorrentes do atraso no pagamento do reajuste de 11,98%.

**Situação do processo:** Citação ordenada - Fazenda Nacional.

## Ações relacionadas a aposentados ou a aposentadorias

### PARIDADE SALARIAL PLENA DOS APOSENTADOS COM OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA ATIVA

Número principal:

**009.34.00.005636-6**

**Órgão:** 22ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação judicial que visa a declaração do direito dos aposentados (aposentadoria concedida de forma involuntária, por invalidez permanente, em condições que conduziram à inatividade), que tiveram seus proventos de invalidez calculados sobre a média remuneratória e sem paridade, para que as mesmas sejam estabelecidas com integralidade e paridade salarial plenas com a remuneração dos servidores da ativa, com o cálculo dos proventos com base na totalidade da remuneração do cargo efetivo, inclusive para os efeitos da Lei 11.416/2006.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida. Agravo de Instrumento com pedido de tutela antecipada protocolado em 27/07/2009. Negado seguimento ao Agravo de Instrumento. Interposto Agravo Regimental em 24/08/2009. Concluso ao Desembargador Federal Francisco de Assis Betti para relatório e voto.

- Em 24/03/2010, despacho convertendo o julgamento em diligência e determinando a remessa dos autos à Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Agravo de Instrumento interposto requerendo a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, para que seja suspensa a decisão, quanto à determinação da remessa dos autos ao Rio de Janeiro. **deferido** o pedido de atribuição de efei-

to suspensivo ao presente agravo, a fim de que o dê regular prosseguimento ao feito, até julgamento definitivo deste recurso pela turma julgadora. Concluso para despacho.

### GAE PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA APOSENTADOS

Número:

**2009.34.00.022597-0**

**Órgão:** 5ª Vara Federal

**Resumo:** os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais aposentados ou respectivos pensionistas não estão percebendo a GAE. A ação visa a inclusão da GAE e o pagamento dos valores atrasados.

**Situação do processo:** Decisão indeferindo a antecipação de tutela, com, fundamento no art. 7º, §§ 2º e 5º da Lei 12.016/2009 e 2º-B da Lei 9.494/97 (vedação de antecipação de tutela quando a matéria versa sobre extensão de vantagens a servidores da União, Estado, DF e Município). Agravo de Instrumento com pedido de tutela antecipada protocolado em 14/12/2009. Agravo de Instrumento convertido em retido. Interposto recurso de reconsideração pelo Sisejufe em 22/02/2010. Indeferido o pedido de reconsideração. Na ação principal, Réplica apresentada pelo Sisejufe.

### GAS PARA OS APOSENTADOS

Número Principal:

**2008.34.00016873-6**

**Órgão:** 3ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pleiteia a extensão da GAS aos servidores aposentados.

**Situação do processo:** Sentença julgando procedente em parte os pedidos, concedendo o direito da GAS aos aposentados/

pensionistas associados do Sisejufe/RJ (até a edição de regulamento pelo TRF da 2ª Região), bem como condenando a União ao pagamento das parcelas pretéritas. Embargos de declaração do Sisejufe, pois houve omissão ou erro material na sentença, pede-se a inclusão no dispositivo dos filiados da Justiça do Trabalho, Militar e Eleitoral, além da Federal, conforme requerido na inicial do Sindicato. Após o julgamento dos embargos, o Sisejufe protocolará recurso de apelação contra a limitação temporal da GAS. Recurso de apelação da União interposto quanto à parte da sentença em que sucumbiu. Acolhidos os embargos de declaração opostos pelo Sisejufe, para que a sentença alcance todos os servidores substituídos. Recurso de apelação aguardando distribuição no TRF da 1ª Região.

### APOSENTADORIA ESPECIAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS

Mandado de Injunção

nº 833

**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília

**Resumo:** mandado de injunção que pede o suprimento de lacuna normativa, para que os oficiais de justiça possam se aposentar aos 20 anos de serviço, por exercerem atividade de risco **Situação processual:** Manifestação da Procuradoria-Geral da República pela procedência parcial do pedido. O Tribunal, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, considerou admissível o mandado de injunção coletivo. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Após os votos da Relatora e do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, que concediam

em parte a ordem, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto.

### APOSENTADORIA ESPECIAL DOS AGENTES E INSPECTORES DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA

Mandado de Injunção

nº 840

**Órgão:** 2ª Turma – Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília

**Resumo:** mandado de injunção que pede o suprimento de lacuna normativa, para que os agentes e inspetores de segurança possam se aposentar aos 20 anos de serviço, por exercerem atividade de risco.

**Situação do processo:** Decidido monocraticamente pela procedência parcial do pedido. Interposto Embargos de Declaração pelo Sisejufe para esclarecimento de pontos importantes, entre eles, a integralidade, a paridade, e o número exato de anos necessários no cargo. Concluso ao Relator.

### AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO EM EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL, DISTRICTAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA TODOS OS FINS LEGAIS, ESTATUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Número Principal:

**2008.34.00.039370-7**

**Órgão:** 20ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a declaração do direito à averbação e ao cômputo, para todos os efeitos legais, estatutários e previdenciários, do tempo de serviço prestado às empresas públicas e às sociedades de economia mista, independente do ente federativo a que pertençam,

bem como em cargos efetivos distritais, estaduais ou municipais, ambos inclusive para contagem do adicional por tempo de serviço, da licença-prêmio e dos efeitos da contagem de 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço público previsto nas Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005. **Situação do processo:** Vista ordenada a AGU. Concluso para despacho.

### APOSENTADORIA ESPECIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Mandado de Injunção

nº 1657

**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília

**Resumo:** mandado de injunção que pede aposentadoria especial para os servidores públicos federais portadores de deficiência.

**Situação do processo:** Concluso ao Relator com parecer da PGR pela procedência parcial do pedido. Substituição do Relator Ministro Gilmar Mendes.

### APOSENTADORIA ESPECIAL SAÚDE E INTEGRIDADE FÍSICA

Mandado de Injunção

nº 1052

**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília

**Resumo:** mandado de injunção que pede aposentadoria especial para os servidores que trabalham sob condições especiais que prejudicam a saúde e integridade física.

**Situação processual:** Concedida parcialmente a injunção. Processo transitou em julgado em 06/04/2010.

## Ações sobre outros direitos dos servidores

### REDUÇÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Número:

**2009.34.00.027471-5**

**Resumo:** ação judicial que pede o afastamento da redução do auxílio-alimentação, promovido pelo TRT, de R\$ 590,00 para R\$ 324,00.

**Órgão:** 5ª Vara Federal.

**Situação do processo:** Concluso para decisão.

### CONCURSO TRT/RJ

Número Principal:

**2008.34.00.016317-5**

**Órgão:** 17ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a inclusão de mais vagas de técnico judiciário nos concursos do TRT/RJ, sem suspensão do certame.

**Situação do processo:** Apelação interposta, tendo em vista sentença acolhendo a ilegitimidade ativa do Sisejufe para a ACP que retrate vagas em concurso público (extinção do feito sem resolução do mérito). Recurso de apelação remetido para o Gabinete do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves.

### ANULAÇÃO DA RESOLUÇÃO 22 DO TRF-2, QUE ESTABELECE RESTRIÇÕES À LICENÇA-CAPACITAÇÃO

Número principal:

**2009.34.00.002514-9**

**Órgão:** 13ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** a licença-capacitação é devida aos servidores a cada cinco anos de efetivo exercício, porém a Resolução 22 institui uma série de restrições ao direito do servidor. Pede-se a anulação das restrições e a suspensão de sua aplicação, já em tutela antecipada.

**Situação do processo:** Réplica apresentada. Vista ordenada ao MPF.

### AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA PARA TODOS OS FINS LEGAIS E ESTATUTÁRIOS, INCLUSIVE PREVIDÊNCIA E PLANO DE SAÚDE

Número principal:

**2008.51.01.021586-1**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Rio de Janeiro

**Resumo:** ação civil pública ajuizada pelo Sisejufe, requerendo o reconhecimento da união homoafetiva para todos os efeitos administrativos, inclusive dependência do plano de saúde e previdência dos órgãos do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida. Agravo de instrumento interposto.

Indeferido o pedido de reconsideração formulado pelo Sisejufe. Ação principal, este processo já foi julgado, contudo não consegui visualizar o resultado.

### AFASTAMENTO DO IMPOSTO SINDICAL

Número principal:

**2009.34.00.004484-8**

**Órgão:** 7ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a suspensão da cobrança do imposto sindical e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, que o institui para o servidor, com base na remuneração de um dia de trabalho.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida.

- Interposto agravo de instrumento contra a decisão.
- Proferida decisão que negou provimento ao agravo, interposto recurso de agravo regimental.
- Sentença julgando improcedente os pedidos do Sisejufe. Recurso de apelação do Sisejufe a ser interposto junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

### AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO TRT/RJ

Número

**2009.51.01.021655-9**

**Resumo:** ação que pede o restabelecimento do valor do auxílio-alimentação do TRT/RJ.

**Situação do processo:** Este processo já foi julgado, contudo não consegui visualizar o resultado.

### PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL – PA 2006169368 DO CJF.

Número:

**2009.34.00.29512-6**

**Órgão:** 4ª Vara Federal

**Resumo:** ação judicial que visa à declaração da nulidade da decisão do Processo Administrativo nº 2006169368 do CJF, que proibiu a progressão funcional anual/promoção dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como a declaração do direito à manutenção da progressão funcional anual/promoção, nos termos do artigo 9º, §§ 1º e 2º da Lei 11.416/2006.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida. Interposto Agravo retido. Contestação apresentada pela União. Réplica apresentada. Concluso para sentença.

### MANDADO DE INJUNÇÃO – REVISÃO GERAL

Mandado de Injunção

nº 2409

**Órgão:** Supremo Tribunal Federal – STF – Brasília

**Resumo:** Ação mandamental que visa a supressão da mora legislativa do Poder Executivo em apresentar projeto de lei de revisão geral anual aos servidores federais.

**Situação do processo:** Impetrado em 02/02/2010. Determinada vista à PGR, em 24/03/2010.

### USO PRIVATIVO DOS ELEVADORES

Número

**19681-24.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 14ª Vara Federal

**Situação do processo:** O juízo da 14ª Vara Federal julgou extinto o processo em face da competência da SJDF. Foi interposta apelação, em 17/06/2010.

### ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O ADICIONAL DE FÉRIAS/TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

Número:

**33479-52.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 13ª Vara Federal

**Resumo:** ação que visa isenção da contribuição previdenciária sobre valores percebidos a título de adicional de férias/terço constitucional de férias, conforme entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça, com valores retroativos.

**Situação do processo:** Indeferido o pedido de assistência judiciária. Interposto Agravo retido.

### AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA PARA TODOS OS FINS LEGAIS E ESTATUTÁRIOS, INCLUSIVE PREVIDÊNCIA E PLANO DE SAÚDE

Número principal

**2008.51.01.021586-1**

**Órgão:** 6ª Vara Federal – Justiça Federal – Rio de Janeiro

**Resumo:** ação civil pública ajuizada pelo Sisejufe, requerendo o reconhecimento da união homoafetiva para todos os efeitos administrativos, inclusive dependência do plano de saúde e previdência dos órgãos do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida. Agravo de instrumento interposto.

Indeferido o pedido de reconsideração formulado pelo Sisejufe. Ação principal, conclusa para sentença.

### AFASTAMENTO DO IMPOSTO SINDICAL

Número principal

**2009.34.00.004484-8**

**Órgão:** 7ª Vara Federal – Justiça Federal – Brasília

**Resumo:** ação que pede a suspensão da cobrança do imposto sindical e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego, que o institui para o servidor, com base na remuneração de um dia de trabalho.

**Situação do processo:** tutela antecipada indeferida.

- Interposto agravo de instrumento contra a decisão.

- Proferida decisão que negou provimento ao agravo, interposto recurso de agravo regimental.

- Contestação apresentada pela Fazenda Nacional. Apresentamos Réplica. Petição informando não existirem mais provas, em 07/12/2009.

- Sentença julgou improcedentes os pedidos. Interposta apelação em 07/05/2010. Processo remetido ao TRF da 1ª Região e recebido em 05/07/2010. Aguarda distribuição.

### RESTABELECIMENTO DO USO DOS ELEVADORES DOS PRÉDIOS NA SJ/RJ DE FORMA ISONÔMICA ENTRE OS USUÁRIOS

Número:

**19681-24.2010.4.01.3400**

**Órgão:** 14ª Vara Federal

**Resumo:** ação que visa restabelecer o uso dos elevadores dos prédios da Seção Judiciária do Rio de Janeiro de forma isonômica entre os usuários, sem qualquer discriminação, preferência ou reserva privativa para magistrados e membros do Ministério Público.

**Situação do processo:** Processo julgado extinto sem resolução do mérito. Interposta apelação. Aguarda distribuição no TRF da 1ª Região.

## Corregedor da JT condena o SAPWeb do TRT

Após quatro anos de operação, finalmente, a ineficiência do Sistema de Acompanhamento Processual, o SAPWeb, implantado no Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT) parece que será reconhecida pela Justiça Trabalhista. Mesmo diante de várias denúncias da direção do Sisejufe e de inú-

meras reclamações de servidores e juizes do tribunal, foi preciso o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, fazer uma avaliação do funcionamento do TRT para constatar o óbvio, em relação ao SAPWeb. No dia 21 de outubro, Reis de Paula definiu a parafernália como

“incompatível com o sistema que há em toda a Justiça do Trabalho do país”, provocando lentidão no andamento dos processos.

O corregedor verificou, na prática, que o sistema é de difícil acesso, moroso e dificulta o trabalho dos cartórios judiciais em todo o estado. A constatação acontece muito tem-

po depois que a diretoria do Sisejufe fez vários alertas à administração do TRT quanto à ineficiência e aos problemas que a implantação do sistema SAPWeb provocaria.

A situação no tribunal chegou a tal ponto que até os próprios juizes não aguentaram mais tanto transtorno. Entre confusão

e lentidão no andamento das petições, os servidores são forçados a trabalharem mais, durante os feriados e o recesso do Judiciário, inclusive, para tirarem o atraso provocado pelo sistema que custou milhões de reais aos cofres públicos.

\*Da Redação.

# Vida, arte e ciência no tabuleiro

## Cultura e Lazer Sindicato apoia evento no CCJF que trata do jogo secular

O xadrez é um jogo secular que atrai milhares de praticantes pelo mundo, é o tema desta iniciativa do Centro Cultural Justiça Federal, como apoio do Sisejufe. Surpreenda-se ao descobrir como ele pode estar presente na arte e no coração de pessoas que você nunca desconfiou fossem apaixonadas por ele.

A abertura será de André Fontes e, na primeira parte do evento, intitulada “Xadrez é Arte”, acontecerá uma performance poética de Sérgio Mota. baseada

em textos que façam menção ao xadrez como, por exemplo, o do escritor Stefan Zweig (filme *Lost Zweig* de Silvio Back) e dos livros *O Jogo Imortal* (Ed. Zahar) e *Mitos em Xadrez* (Ed. Globo).

Na segunda parte, “Xadrez é Música”, o violoncelista Bernardo Katz tocará acompanhado de um pianista. Na terceira parte, “O Xadrez na Minha Vida”, o mediador Ricardo Oiticica comanda debate com o

juiz federal William Douglas, o procurador do Estado Augusto Werneck, o engenheiro da Globo SAT Alberto Mascarenhas e o músico Bernardo Katz.

No encerramento do evento, está programada

uma homenagem ao desembargador falecido Luciano Belém, na pessoa de seu filho, Luciano Belém. Também será prestada uma homenagem aos servidores e enxadristas Carlos Rosa (SJRJ) e José Eduardo Maia (TRT).

### UMA NOITE COM O XADREZ

30 de novembro de 2010 – terça-feira  
18h30 às 21h30

Teatro do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)

Valor: R\$ 10 (A renda será revertida para uma instituição de caridade)

Realização: CCJF, Ajufe, Ajuferjes e Associação Leopoldinense de Xadrez (Alex).

APOIO: Sisejufe



## Torneio sela parceria entre Sisejufe e ASJT e é prévia da Copajud

Realizado no sábado, 23 de outubro, na Abanerj em Jacarepaguá, o Torneio da Amizade Sisejufe e ASJT-Rio selou mais uma parceria entre as entidades representativas e se tornou uma prévia da Copajud – que reunirá pelo menos 10 times disputando um título com turno e retorno. O campeão do Torneio da

Amizade foi o time do TRT do Rio. O segundo lugar foi do time dos Advogados e, em terceiro, ficou a equipe do Sindjustiça. O quarto lugar foi da OAB-RJ.

Fernando de Paula foi escolhido o Craque do Campeonato e Bruno, o goleiro menos vazado – ambos do time campeão (TRT). Índio (Advogados) e Gustavo

(TRT) com 6 gols cada, foram os artilheiros do torneio.

A Copajud terá início no dia 20 de novembro com 2 a 3 rodadas por sábado. As rodadas serão alternadas – folgando 2 equipes por sábado. Este novo torneio também será realizado na ABANERJ – Estrada da Covanca 1245, Tanque.

A primeira rodada contará com 2 partidas já definidas ASJT-Rio vs. Sisejufe e Abanerj vs.

Sindjustiça. As rodadas antes do recesso serão nos dias 20 e 27 de novembro, e 4 e 11 de dezembro. O torneio será retomado em 2001, a partir do dia 15 de janeiro.

O diretor-presidente do Sise-

jufe Roberto Ponciano e a presidente da ASJT-Rio Solange Skinner agradeceram a todos que participaram deste Torneio da Amizade e, em especial, a boa estrutura da Abanerj – cujo excelente campo e o complexo de piscinas tornou o evento mais prazeroso para os atletas e seus familiares.

# “A energia criativa não pode ficar na gaveta”

## Prata da Casa

Servidor do Setor de Revisão de Aposentadorias e Pensões do TRF lança 4º livro

Max Leone\*

Escrever, para o técnico judiciário do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região Mauro Figueiredo, de 43 anos, representa expressar e liberar o que ele denomina de energia criativa. Lançando mão desse processo de elaboração de textos, o servidor do Judiciário Federal desde 2006, lotado no Setor de Revisão de Aposentadorias e Pensões (Serap), da área Recursos Humanos (RH) do tribunal, vem ao longo dos anos desenvolvendo sua obra composta por quatro publicações de poesias e de contos eróticos. Formado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e com mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ele também dá aulas de inglês e faz traduções. Atualmente faz curso de Direito.

“Na hora de escrever a descarga criativa é um momento único. Depois que começa, você faz acerto da métrica, da sonoridade das palavras. Mas não tenho um processo única de cri-

ação. Parto, às vezes, de uma história que me foi contada, de cenas que vi. Uso diferentes temas”, explica o autor.

Mauro Figueiredo é mais um personagem que o **Projeto Prata da Casa** apresenta aos funcionários do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, o Prata da Casa tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuem talentos artísticos e literários.

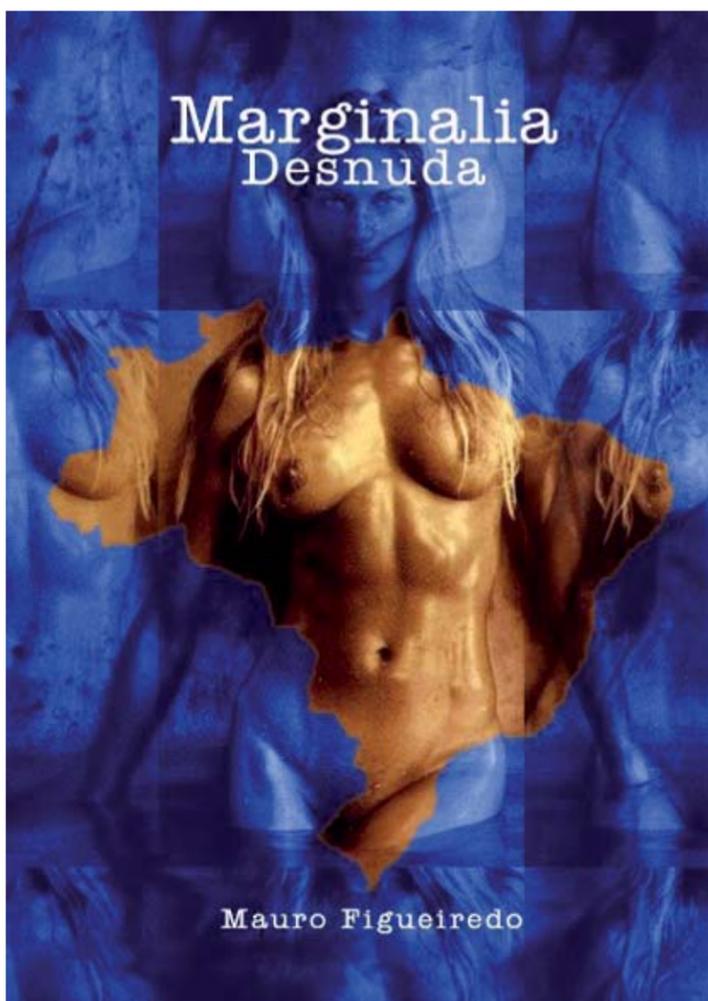
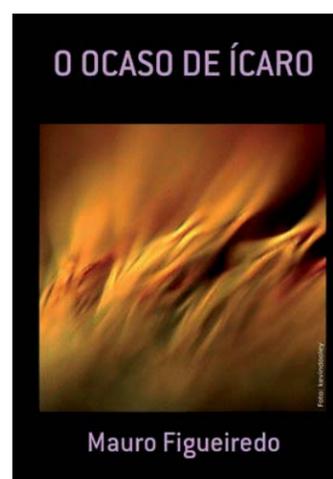
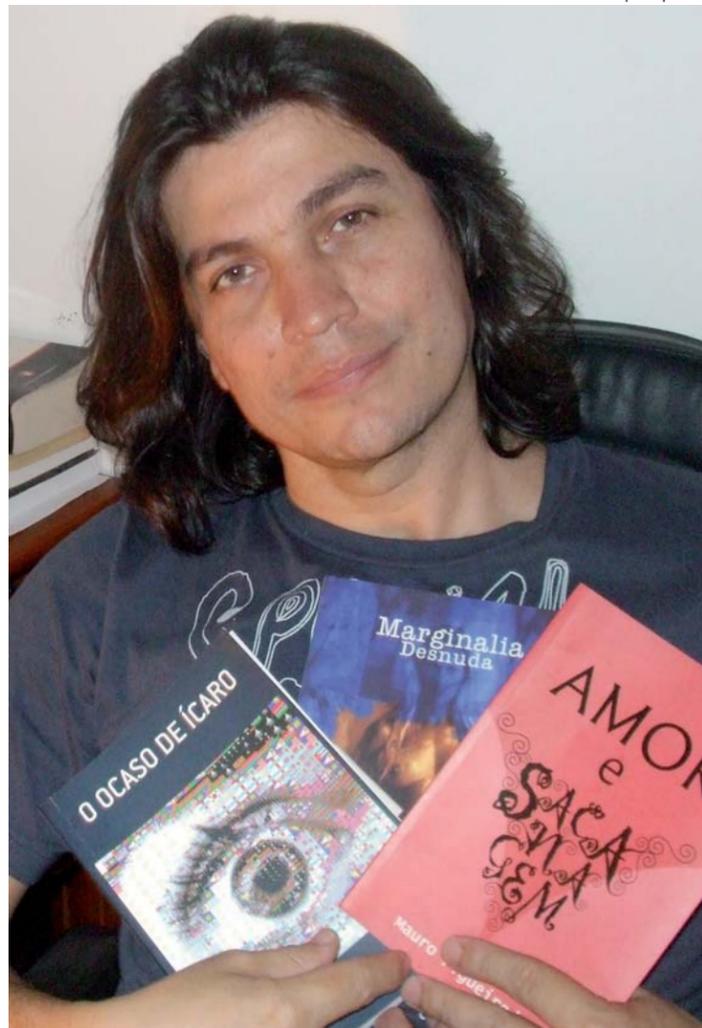
O primeiro livro lançado foi o “Amor e Sacanagem”, de poesias eróticas. Mas não foi o primeiro a começar a ser escrito, de acordo com o autor. Mauro Figueiredo lembra que “O Ocaso de Ícaro” levou 10 anos para ser concluído. E por que tanto tempo? “A ideia foi amadurecendo aos poucos. Eu escrevia parava, reescrevia, parava de novo. É o processo de reescrever e reler. Assim, cada vez eu modificava alguma coisa. Não sabia onde o personagem ia che-

gar. Às vezes, é difícil colocar o ponto final. Não sabia quando terminar. Descobri ao longo dos dez anos”, explica.

Ele lembra, no entanto, que o “Amor e Sacanagem” teve a maioria dos poemas escritos a partir de cenas reais, relacionadas a namoros antigos seus. “Todo romance tem ficção e realidade. Ao escrever, você vai encaixando as ideias que vão surgindo”, comenta, ressaltando que a coletânea “Do outro lado da cerca” é uma história completa, tem a exata noção de onde o personagem quis chegar. Completa o acervo de Mauro Figueiredo a publicação “Marginalia desnuda”.

\*Da Redação

Fotos: Arquivo pessoal



Formado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e com mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mauro Figueiredo também dá aulas de inglês e faz traduções. Atualmente faz curso de Direito.

## Como conseguir os livros

Para os interessados em conhecer a obra do servidor, os livros podem ser adquiridos pela página [www.clubedeautores.com.br](http://www.clubedeautores.com.br), à exceção de “Amor e Sacanagem” que foi editado na forma tradicional e está disponível em livrarias. Mauro Figueiredo também optou por uma produção independente e por demanda dos livros, que é gratuita. O leitor faça a encomenda pela internet e o livro é entregue em casa.

Atarefado com os serviços do tribunal, as provas e os estudos do curso de Direito, Mauro Figueiredo tem tido pouco tempo para se dedicar ao que ele mais gosta de fazer que é escrever. “Procuro usar o tempo livre, principalmente nas férias, para

escrever ouvindo um bom jazz. Os livros podem ficar engavetados, mas a energia criativa, não”, decreta.

Ele manda um recado a quem acha que escrever é somente para os “imortais da Academia”. “É preciso desmitificar essa história de que escrever não é para todos. Qualquer pessoa ‘normal’ pode escrever. Todo mundo não se arrisca ou já tentou tocar um instrumento musical? Por que não se arriscar a dizer que é escritor?”, diz. (Max Leone)

Quem sabe o próximo Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br).